**DISPOSITIVOS DE CONTROLE, SENTIDO DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES EXTERNAS: DISCURSOS REGULATÓRIOS NA SME-RJ**

 Emerson Bezerra Vidal Gomes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

 Estefanne Beatriz Cordeiro do Nascimento – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

 Maria Luiza Dique de Souza – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**RESUMO:**

O presente trabalho tece uma discussão sobre os sentidos de qualidade significados na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME, a partir dos resultados das avaliações em larga escala. Metodologicamente, buscamos discutir em uma perspectiva discursiva, a partir de análise documental e bibliográfica, de que maneira as avaliações externas funcionam como dispositivo de controle ao mobilizar a construção de um regime de verdade sobre os sentidos de qualidade da educação no atual cenário neoliberal. No âmbito dessa discussão, nós abordamos os estudos de Stephen Ball com conceito da governamentalidade e Thomas Popkewitz com os mitos das estatísticas. Como proposição provisória e contrapondo o discurso neoliberal da meritocracia, pontuamos que não deve haver espaço para padronização e homogeneidade nos processos de escolarização e produção curricular.

**Palavra-Chave:** Avaliações externas, governamentalidade, discursividade, SME-RJ.

**INTRODUÇÃO:**

 Ao centrar as atenções e esforços investigativos na educação escolar, outras disputas de sentidos são mencionadas, assim como outras dimensões específicas são desenhadas, entre elas, com força expressiva, o currículo, o cotidiano e os procedimentos avaliativos.

 Neste cenário, levando em consideração a necessidade de difundir uma racionalidade, um *ethos* e uma análise numa composição ética e moral, os dispositivos do estado neoliberal acabam por encampar estes objetivos. A escola na tentativa de dar conta das influências atravessadas pelas demandas do capital acaba por instrumentalizar e individualizar o ensino. Nesta perspectiva, concordando com Lopes e Macedo (2011), as políticas curriculares são as principais normativas que buscam dar sentido a esta nova racionalidade e ao cabo da análise a produção de subjetividades.

 Nessa conjuntura, observamos que no Brasil, as recentes mudanças nas políticas educacionais, como a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, representam a consolidação de uma agenda que prevê o desmonte de uma educação mais crítica e humana. Essas mudanças não estão desarticuladas das ações neoliberais na educação. Ao propor um novo projeto educacional, os agentes econômicos visam formar sujeitos que atendam as demandas do mercado partindo do resultado, performance, individualismo e competitividade.

Tecendo um recorte histórico a essa perspectiva, as avaliações em larga escala ganham maior força de projeção a partir dos anos 1990, quando políticas neoliberais recebem espaço na produção normativa do cenário nacional. A demanda por alinhamento da escolarização a um conjunto de valores e objetivos a partir dessas políticas, fizeram com que sistemas de avaliações externas fossem organizados, tal como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (1990) a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (1998) e mais à frente, comparativos também fossem produzidos atrelados às avaliações externas, como por exemplo, o Índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (2007).

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:**

Nossa pesquisa é desenvolvida a partir de uma análise documental e objetiva analisar o cenário das avaliações externas na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME, tendo essa como um dispositivo de poder, mobilizando a normatização e uma tentativa política de controle sobre os cotidianos e suas inferências na produção do sentido de qualidade em uma perspectiva discursiva.

Importa nesta análise problematizar como a intensificação de uma agenda de avaliações externas no contexto da rede em foco (Ball, 2014), dinamiza novas demandas para o fazer pedagógico e sobretudo, busca hegemonizar um sentido para qualidade de educação referenciado, legitimado e forjado através dos dispositivos regulatórios aferidos pelos resultados de tais avaliações. Nesse movimento, professores perdem cada vez mais sua autonomia e são conduzidos ao cumprimento das demandas avaliativas.

Nosso objeto de pesquisa, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME ostenta em suas páginas institucionais e perfis oficiais das redes sociais, a afirmação de ser a responsável pela maior Rede Municipal de Educação da América Latina.

Nesse contexto, a análise da SME-RJ se dá por sua estrutura sistemática ser caracterizada num viés de desenvolvimento de uma política pública de Educação focada e voltada na gestão de aprendizagem/resultados. Por meio de um de acompanhamento monitorado. Constantemente, a SME define as metas e indicadores para tentar alcançar o melhor desempenho a partir das orientações do Ministério da Educação - MEC.

Enfatiza-se que toda a política pedagógica da Rede Municipal do Rio de Janeiro tem como ponto de partida o currículo. No caso da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a Rede conta com o Currículo Carioca, alinhado à Base Nacional Comum Curricular – (BNCC, 2017) e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação - CME em janeiro de 2020.

**DESENVOLVIMENTO:**

 Ao observar a linha do tempo dos últimos anos, e incidindo sobre as mudanças e verbetes que constituíram e constituem a gestão estrutural da SME-RJ, o que se observa durante esse período é o incremento das políticas de avaliações a partir de elementos externos, pois, quando problematizamos as avaliações externas, estamos argumentando que estas são pensadas e produzidas fora do ambiente escolar.

A título desse exemplo, a SME traz por sua característica *"Otimizar a gestão é aumentar a eficiência operacional, entregando serviços de qualidade e resultados efetivos”* (2024). Destacamos nesta questão, que algumas produções atreladas às avaliações merecem destaque como, por exemplo, o currículo da MultiRio e a produção de material didático apostilado que tende a trilhar o caminho de uma “qualidade com resultados efetivos”. Logo, essas produções, com o decorrer do tempo, buscaram-se alinhar às avaliações externas que passaram a ganhar mais espaço na dinâmica das escolas da Rede.

Elencamos a grande importância das políticas educacionais de avaliação na influência que exerce sobre o Estado. Primeiramente é preciso esclarecer que estamos falando de algo muito maior que a própria governança do Estado, por referir-se como processos e dispositivos político-administrativos que são hegemônicos, normativos e totalmente voltados para ação e coordenação de objetivos.

Vale frisar que essas avaliações estão adquirindo cada vez mais destaque, uma vez que obtêm-se a premissa de interferência e influência direta na educação do Município do Rio de Janeiro a partir dos resultados.

Uma das primeiras influências para tal justificativa são as premissas existentes sobre o mito das estatísticas. São elas os grandes fatores e causadores predominantes para produção de políticas curriculares voltadas para qualidade e o fracasso da educação, a partir dos desempenhos das escolas da Rede.

Dessa maneira, os arranjos incessantes pela busca dos resultados baseados nas estatísticas, permitem a disseminação de discursos de inclusão e exclusão. Buscamos argumentar que este tipo de entendimento sobre algo que é social à educação e, portanto, atravessado por subjetividades baseado em estatística, busca estabelecer uma verdade social de forma cartesiana, homogênea e “governável” a partir de uma verdade demonstrável através dos números. Neste sentido, Popkewitz (2016, p. 731), argumenta que:

Estatística como ferramenta de intervenção social envolve um determinado sistema da razão que não é apenas a dos próprios números. No século 19, o planejamento estatal para o progresso unia-se ao planejamento das pessoas: O estado poderia intervir na vida social para permitir a ação (agência) do indivíduo para planejar sua vida para a felicidade futura, esta última como um tema político central na república.

 Sendo assim, a utilização das aferições estatísticas como tecnologia de governança, nos termos do autor, enfatiza-se um entendimento importante para a interpretação de como as avaliações externas ganharam corpo numa política baseada nesta arquitetura discursiva.

Neste princípio, concebemos as avaliações externas e os dispositivos de poder normativo como campo estratégico que conseguem “controlar” os desempenhos sobre a ótica das estatísticas que progressivamente estão presentes nas escolas da SME.

Por esta razão, argumentamos que os diferentes sistemas educacionais, lançam mão de valores que se hegemonizaram em escala global com um restrito sentido de qualidade de educação, atrelando-se aos resultados aferidos nas avaliações externas, sendo assim, passam a pautar as proposições das políticas públicas.

Progressivamente, a discussão abrange o possível clareamento que subsidia a cadeia argumentativa sobre o mito das estatísticas como uma verdade atravessada por relações de poder que ditam um discurso no qual deve ser seguido e que vem ganhando credibilidade através de um número expressado por intermédio de um poder hegemônico, pautando assim, o sentido de qualidade no cenário educacional da SME.

Nas políticas curriculares, ao se produzirem em uma dura feição prescritiva, o que se observa são tentativas de exercício de poder e controle sobre a ação docente. A plasticidade desta arquitetura política se estende na relação entre estas prescrições curriculares e a necessidade criada para a escola responder a este sentido de qualidade em torno das avaliações de larga escala.

**PROPOSIÇÕES FINAIS:**

 No caso da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), observa-se uma clara influência das políticas de controle na gestão educacional, que foca na definição de metas e indicadores alinhados às diretrizes do Ministério da Educação. A adoção de um currículo alinhado à BNCC e a intensificação das avaliações externas refletem uma tentativa de controlar e normatizar os processos educativos a partir de um regime de verdade baseado em estatísticas e resultados mensuráveis.

Todavia, é fundamental reconhecer que a educação é um complexo fenômeno social, atravessado por subjetividades e contextos específicos. Nesse cenário, compreende-se que as políticas educacionais, inclusive as avaliações externas, são constantemente reinterpretadas e ressignificadas pelos atores envolvidos, demonstrando seu caráter discursivo. Isso implica que, apesar das tentativas de homogeneização e controle, existe espaço para resistência.

Desta maneira, concluímos que a tentativa de buscar um sentido de qualidade através das avaliações externas cria-se uma violência com o fazer pedagógico e pouco agrega no que se refere a avaliação de aprendizagem. Pontuamos que não deve haver espaço para padronização e homogeneidade nos processos de escolarização e produção curricular, tendo em vista a necessidade de considerar as experiências culturais dos sujeitos. Vivemos numa sociedade diversificada e é exatamente essa diversidade que compõe a subjetividade de cada discente e docente, ressignificando e dando sentidos sobre a valorização do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo na SME-RJ.

**REFERÊNCIAS:**

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj.

OLIVEIRA, Cristiane Gomes de; MOREIRA, Carlos Roberto; GOMES, Emerson Bezerra Vidal. **AVALIAÇÕES EXTERNAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E OS SENTIDOS NA BUSCA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.** Revista Espaço Currículo, v. 17, n. 1, e69609, 2024. DOI: 10.15687/rec.v17i1.69609

POPKEWITZ, Thomas; LINDBLAD, Sverker. **A fundamentação estatística, o governo da educação e a inclusão e exclusão sociais**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 37, nº. 136, p.727-754, jul.-set., 2016.

RIO DE JANEIRO. Decreto Rio nº 52708, de 15 de junho de 2023. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação – SME. Disponível em: https://educacao.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/42/2023/07/Estrutura.pdf . Acesso em: 15 mai. 2024.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. Rio, Conheça a secretaria – SME. Disponível em: https://educacao.prefeitura.rio/conheca-a-secretaria/ . Acesso em: 15 maio. 2024.